



NÃO PINTCHA

* ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

Depois do flagelo da seca

A NOSSA AGRICULTURA ERGUE-SE DA CRISE

— Baseado numa entrevista com o camarada Avito da Silva

Profundamente abalada pelos efeitos duma das maiores secas da sua história recente, a nossa agricultura regista actualmente um gigantesco esforço de recuperação que poderá permitir-nos atingir, a muito curto prazo, a auto-suficiência alimentar nos principais sectores, e contribuir decisivamente para a criação de importantes excedentes destinados à exportação.

A propósito da política de apuramento e distribuição de sementes dos dois produtos essenciais da nossa

agricultura — a mancarra e o arroz — pedimos ao camarada Avito da Silva, engenheiro-agrônomo e secretário-geral do Commissariado de Estado da Agricultura e Pecuária, que nos fizesse o ponto da situação.

Para já, os técnicos do CEAP podem congratular-se com uma importante vitória: este ano foi possível produzir no nosso país todas as sementes de mancarra e arroz utilizadas. Mas a vitória não se resume apenas (e já não seria pouco...) à poupança de di-

visas assim conseguida, já que grande parte das sementes utilizadas são de melhor qualidade — e permitirão, portanto, uma maior resistência das plantas às condições atmosféricas e às pragas, como a roseta, bem como um sensível aumento de produtividade.

No tocante à mancarra, recordamos que, no ano passado, foi-nos necessário importar do Senegal e da Gâmbia cerca de 500 toneladas de semente. Este ano, graças ao trabalho desen-

volvido nos centros de Gabú, Bafatá e Oio, foi possível obter, graças à multiplicação das espécies anteriormente importadas, 2 mil toneladas de sementes que permitirão melhorar substancialmente a qualidade das sementeiras em mais de 3 mil hectares. Para o próximo ano, está prevista a produção de 5 a 7 mil toneladas da nova semente, da qual se espera uma produtividade de cerca do dobro da que era obtida com

(Continua nas Centrais)

Terminou a reunião da CEDAC Acordo geral abre perspectivas de cooperação frutuosa

Contrariamente ao que noticiamos numa das últimas edições deste jornal, a CEDAC prolongou os seus trabalhos até ontem, sexta-feira. Durante a sessão da passada quarta-feira, o grupo de trabalho constituído pelas cinco delegações (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe) chegou ao fim dos dez pontos que constituem a agenda de trabalhos da Comissão. Anteontem foi discutido o aspecto organizacional e funcional do Secretariado da CEDAC.

«Encontrámos algumas dificuldades na resolução de diversos problemas insertos na agenda, devido ao desequilíbrio que existe entre os nossos países em matéria da aviação civil», salientou o camarada Mário Ribeiro, director-geral das Comunicações e chefe da delegação guineense, para acrescentar: «Achamos que estas dificuldades apenas revelam o empenho das delegações na procura de soluções adequadas que possam servir melhor os nossos países».

O chefe da delegação guineense frisou ainda que nesta primeira fase de tra-

balhos, que começou em Maputo, passando pelos outros países e culminando em Bissau, serviu para chegar a um consenso geral de princípios.

Durante a sessão de anteontem, quinta-feira, depois da discussão de questões referentes ao Secretariado, a CEDAC fez ponto da situação sobre o programa da agenda de trabalhos que compreende entre outras questões, a revisão de rotas aéreas entre os cinco países, a coordenação de horários e o clausulado de acordo-tipo entre os países signatários, prevendo a definição do modelo analítico de custos, a base dos níveis tarifários e custos de contratos de prestação de serviços.

Segundo informações do camarada Mário Ribeiro, será hoje publicado um documento final sobre a reunião.

Ontem, a delegação da Guiné-Bissau ofereceu um jantar de despedida aos participantes, no Hotel 2 de Setembro. Esteve presente este convívio de confraternização o camarada Comissário dos Transportes Rui Barreto.

Luiz Cabral recebe embaixadores da Guiné-Bissau no estrangeiro

O camarada Presidente Luiz Cabral recebeu ontem de manhã, no Palácio da República, os cumprimentos que lhe foram apresentados pelos embaixadores da República da Guiné-Bissau acreditados no estrangeiro. Recorde-se que no próximo dia 14 deste mês se iniciará em Bissau, a reunião anual dos embaixadores na qual os nossos representantes terão a oportunidade de se inteirar dos problemas ligados à luta de reconstrução nacional e a dinâmica da nossa política externa, à luz das decisões do III Congresso do PAIGC, realizado em Bissau, em Novembro passado.

Seguidamente, o camarada Luiz Cabral recebeu em audiência, no Palácio da República, o representante da Unicef para a África Ocidental, Paul Lovis Audat.

No decurso desta audiência, em que estavam igualmente presentes o camarada Mário de Andrade, Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Cultura e o representante da Unicef na

Guiné-Bissau, Madinguer, focaram-se aspectos ligados à preparação do Ano Internacional da Criança, cujo patrono é o camarada Presidente do Conselho de Estado. Na altura, fez-se o ponto da situação em que se encontra o programa da Unicef no nosso país, nomeadamente no campo da educação, saúde e recursos naturais.

Durante a sua permanência na nossa capital, o representante da Unicef para a África Ocidental já encetou contactos com vários departamentos do nosso Estado, nomeadamente com os Commissariados de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação, Saúde e Assuntos Sociais, Educação Nacional, Indústria e Recursos Naturais, Negócios Estrangeiros e Direcção-Geral da Cooperação Internacional. Esses contactos visam sobretudo definir o programa da Unicef em relação ao nosso governo para o triénio de 1979 a 1981.

Hoje em Roma O Papa Paulo VI recebe as últimas homenagens do mundo católico

Por ocasião das exéquias solenes da morte da Sua Santidade o Papa Paulo VI, que terão lugar hoje na Basílica de São Pedro em Roma, serão levados a cabo em todo o mundo cristão solenidades religiosas ligadas ao acontecimento. Em Bissau, a partir das 19 horas de hoje será celebrada uma missa na Sé Catedral, dirigida pelo Bispo da Guiné-Bissau, D. Settimio Arturo Ferrasetta.

Entretanto, o Governo da República irmã de Cabo Verde será representado nas cerimónias fúnebres do Papa Paulo VI, pelo seu ministro da Justiça, camarada David Hopffer Almada, que deixou anteontem Cabo Verde, com destino a Roma.

O luto nacional de dois dias, durante os quais as bandeiras foram colocadas a meia-haste, foi decretado em Cabo Verde na segunda e terça-feira. No domingo, depois de anunciada a morte do Papa, uma delegação governamental assistiu aos ofícios religiosos celebrados na cidade da Praia.

O camarada Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República irmã de Cabo Verde endereçou uma mensagem à Santa Sé exprimindo as suas sinceras condolen-

cias em nome do povo e do Governo caboverdiano. VER MAIS NOTÍCIAS NA PAGINA 8.

Iniciou-se anteontem o 1.º seminário de formação de quadros do CEPI

Tiveram início anteontem, quinta-feira, em Bapope, região de Cacheu, os trabalhos do primeiro seminário de formação de quadros do Centro de educação popular integrada (Cepi), cuja duração está prevista para quatro dias.

O camarada António Borges, membro do CSL do Partido, que se fazia acompanhar do camarada Mário Cabral, Comissário de Estado da Educação Nacional, presidiu à sessão solene de abertura, que se desenrolou na presença dos principais responsáveis regionais, à frente dos quais se encontrava o novo Presidente do Comité de Estado da região de Cacheu, camarada Duke Djassi.

O seminário abordará fundamentalmente aspectos ligados ao desenvolvimento rural, à função da educação nesse meio, em particular, ao seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, serão debatidos todos os aspectos que tocam a região de Cacheu, projectos esses ligados à saúde e agricultura, podendo Bachile ser apontado como exemplo.

Por outro lado, será apresentado um estudo sobre o desenvolvimento e a comunidade rural, resultado de um inquérito realizado pelos professores da Cepi.

O segundo tema do seminário versará sobre um estudo relativo à educação, ao desenvolvimento e à ex-

periência do Cepi no quadro da reforma do ensino em curso no país, e directamente sobre o que é o Cepi, sua finalidade e objectivos.

Recorde-se que a criação do Cepi, é uma iniciativa do Commissariado de Estado da Educação Nacional, cuja experiência e resultados já começaram a ser vividos na área de Tombali, onde cinco tabancas já se beneficiaram desta iniciativa. O Cepi inspira-se sobretudo nas experiências da nossa gloriosa luta de libertação nacional.

Durante esse período, nas zonas libertadas, os militantes armados, as populações

(Continua na página 8)

O Turismo como valor positivo para a reconstrução de Bolama

Segundos, minutos, horas, meses e anos se passam em que os habitantes desta ilha vêem voar o tempo, sem que se veja uma realização capaz de trazer uma esperança sólida para o futuro e que corresponda bem de perto às necessidades desta terra.

Não é segredo para ninguém que uma ilha é uma porção de terra cercada de água por todos os lados. Quer isto dizer, que está completamente isolada de ligação por terra com as outras partes do país e, por tal motivo, só poderá contar para o seu desenvolvimento e progresso, com o que fôr feito dentro da Ilha com esse fim. Mais concretamente, o Turismo, seria, de imediato, a solução do problema.

É natural que muitas incrédulas (que infelizmente ainda existem) façam esta pergunta: como pensam eles formar o turismo, a ponto de afirmarem que «o turismo pode muito bem ser um valor positivo para a sua reconstrução»?

Criado o Centro Turístico de Bolama, o turismo seria dividido em dois centros principais; Bubaque e Bolama. Bubaque seria uma estância mais destinada a angariar divisas e por tal motivo, para lá seriam encaminhados os turistas estrangeiros. Bolama, seria dedicado aos turistas nacionais, neste caso para as classes com menos poder de despesa.

Bolama, desde que seja bem estruturada, tem todas as possibilidades de proporcionar ao pessoal trabalhador uns fins de semana agradáveis e praticamente pouco dispendiosos. Não podemos pensar só em divisas, pois o nosso pessoal trabalhador tem pleno direito, depois de uma semana de trabalho exaustivo em prol do bem comum, a ter uma localidade como Bolama para descansar, recuperar energias para a próxima semana de trabalho.

Isto que acabo de dizer não passa de um pequeno exemplo, pois também os estrangeiros podem visitar Bolama, que nessa altura já teria o mínimo de condições, uma vez que já o têm feito no decorrer destes quase quatro anos, sem quaisquer condições turísticas.

Camaradas responsáveis, porque esperamos? Porque não põem em prática o que foi deliberado no Conselho Económico?

Porque não pensar em pôr esta ideia a funcionar já no fim das chuvas? Para tal, acho oportuno relembrar um ditado popular que diz: — Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje.

De alguém que ama de coração esta Ilha.

Seminário sobre "Avaliação de projectos"

Está a decorrer no liceu de Bissau um seminário sobre «Avaliação de projectos».

O primeiro bloco de matérias abordado foi o da estratégia do desenvolvimento de investimento, tendo sido analisados os seguintes temas: «Estratégia de Desenvolvimento e Política Económica, Planeamento e Desenvolvimento, Industrialização e Desenvolvimento, Padrões e Incentivos ao Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Industrialização».

No segundo bloco, tem-se procurado dar aos participantes algumas noções sobre técnicas essenciais para a avaliação da rentabilidade financeira e económica dos projectos.

Ao longo da semana, os participantes familiarizaram-

se com as técnicas de actualização, o uso das tabelas financeiras e as principais medidas de avaliação de projectos.

Através de sessões de trabalhos que se realizam em grupo, os participantes têm sido submetidos a diversos exercícios de aplicação. Ainda no decorrer da semana, está prevista o início do estudo dos documentos financeiros fundamentais, nomeadamente, o balanço e os respectivos critérios de organização, tendo em vista a apreciação da situação económica das empresas. Este capítulo tem como objectivo dotar os responsáveis pela apreciação da situação das empresas e dos projectos de um conjunto de conhecimentos básicos que lhes permita identificar os problemas principais das em-

presas e as consequências sobre as maneiras da realização de determinados projectos de investimento.

O seminário está a funcionar com cerca de 40 participantes. Segundo as declarações do dr. José Marigues, professor do Instituto Superior da Economia de Lisboa e director-adjunto do Banco de Fomento português, tem-se notado um esforço dos camaradas participantes no sentido de um acompanhamento regular das matérias ministradas.

Para além do dr. Marigues, este seminário conta com mais um professor, o dr. Américo Ramos dos Santos que é também professor do Instituto Superior da Economia de Lisboa e igualmente especialista em problemas de emprego.

Mário Cabral recebe enviado da UNESCO

O conselheiro da Unesco para a tecnologia educativa para a África, Dr. Pascoali que se encontrava no nosso país desde a passada segunda-feira, foi recebido anteontem pelo camarada Mário Cabral, Comissário de Estado da Educação Nacional.

O Dr. Pascoali, que deixou anteontem o nosso país, fez o estudo da viabilidade da criação de centros de produção de material didáctico a partir de matérias locais. Também estabeleceu contactos com vários técnicos e responsáveis nacionais, tendo ainda visitado a exposição de material didáctico produzido pelo curso intensivo de professores do centro audio-visual e alguns departamentos do Comissariado de Estado da Educação Nacional.

Dentro de dias

Campanha Nacional de Inscrição de Sócios da Cruz Vermelha

Terá início dentro de dias, em data a anunciar, uma campanha nacional de inscrição de sócios da Cruz Vermelha da Guiné-Bissau. «Como é óbvio, salienta um comunicado da Cruz Vermelha, — as nossas actividades são de âmbito nacional, razão porque em todas as regiões e sectores contamos com a adesão massiva dos nossos concidadãos, para nos dar aquele apoio humano e material de que necessitamos. Da resposta que nos vier a ser dada depende o evoluir da nossa associação. Com o engrossar da coluna, vir-nos-ão ter às mãos auxílios de todas as sociedades congéneres, não só em viveres, como também em ambulâncias, tendas de cam-

panha, material de socorrista, literatura especializada etc.»

Recorde-se que a Cruz Vermelha da Guiné-Bissau foi criada pelo Decreto n.º 35/77, de 2 de Dezembro de 1977, pelo Conselho de Comissários de Estado e é uma instituição humanitária que se propõe colaborar com as autoridades legalmente instituídas, fazendo da sua actividade um apoio constante ao nosso povo trabalhador.

Criada para socorrer os inválidos, mutilados, doentes, vítimas de catástrofes naturais, colabora com os Serviços de Saúde, pois, tendo tarefas comuns, poderão considerar-se interligadas e interdependentes.

Nessa base, e após longos meses de estudo, conseguiram elaborar o seu estatuto, que mereceu aprovação dos nossos governantes, «que nos deram a força necessária para arrancarmos, rumo a um estádio que auguramos frutuoso, e virado para o bem estar das nossas populações» — acrescenta o comunicado.

De curta existência de escassos nove meses, puderam contar com a visita do Membro da Comissão Permanente do CICR, Dr. Rito Alcântara e de uma delegação da Cruz Vermelha da União Soviética, tendo recebido, do primeiro, a certeza do seu constante apoio, em Gêneve, as iniciativas válidas da nossa Cruz Vermelha, e da segunda,

um auxílio em medicamentos, leite e viaturas.

Por outro lado, os membros da nossa Cruz Vermelha já realizaram visitas à Argélia, União Soviética e Roménia, a convite das Sociedades da Cruz Vermelha desses países, onde lhes proporcionaram um contacto efectivo com as suas realidades, «ficando-nos a impressão de que teremos ainda muito que andar e aprender, para que um dia possamos chegar à meta por eles atingida».

Por isso, a Cruz Vermelha da Guiné-Bissau apela a todo o nosso povo a dar a sua máxima colaboração nesta tarefa que também é a de reconstrução nacional, inscrevendo-se como sócio.

Responde o Povo

O que pensa dos problemas sanitários no nosso país?

Através do Inquérito que fizemos no nosso jornal anterior, sobre «Que temas sugere para o nosso Responde o Povo», recolhemos algumas sugestões que achamos válidas e passamos a pôr em prática. Deste modo, seguindo a sugestão de um inquirido, saímos à rua com a seguinte questão:

O que pensa dos problemas sanitários no nosso País? Sobre este assunto três pessoas opinam:

DEVEMOS SER NÓS A VELAR PELA SAÚDE

Boi N'Nhan, 21 anos, funcionário da Educação — «Como temos muita falta de quadros para fazer cobertura a todas as necessidades do país, penso que devemos nós mesmos contribuir para o melhoramento da nossa situação em

nosso próprio benefício. Concretamente no caso da saúde, penso que nós é que devemos velar por ela, cuidando da nossa própria higiene e da limpeza dos locais que frequentamos».

A HIGIENE É A BASE FUNDAMENTAL

Pedro Rodrigues Júnior,

33 anos, empregado comercial — «Penso que o problema da saúde é muito delicado. Há muitos casos que poderiam ser evitados com um pouco mais de zelo. No caso dos hospitais, penso que existem muitos problemas higiénicos. Isso verifica-se nos arredores dos hospitais, onde se vêem lixos, latas vazias, pensos sujos e outras coisas mais que só podem contribuir para agravar a situação dos doentes. Nós sabemos que no nosso país, devido ao clima tropical, há possibili-

dades de se apanhar inúmeras doenças, através dos mosquitos, das moscas e outros insectos que provêm de locais pouco higiénicos. Penso que o problema de desmazelo nos hospitais é muito grave. Digo isto porque, apesar de não perceber lá muito de medicina, penso que uma pessoa doente tem bactérias que lhe originam essa doença. Pois se se vai contribuir para o seu aumento, não limpando o hospital, é agravar a sua situação. Para além disso, existe ainda o problema da alimentação. Segundo um discurso do camara-

da Dr. Boal transmitido pela nossa rádio, o nosso Estado tem um enorme dispendio de dinheiro para garantir as necessidades dos hospitais. Posto isto, como se justifica que alimentem os doentes da maneira como estão fazendo? Fervem o arroz em água e sal, acompanhado de peixe também cozido da mesma forma. O arroz nem é limpo. Com isto quero fazer ver que servem em péssimas condições. Para além do problema dos hospitais, existem outros. Como por exemplo a falta de latrinas públicas e os lixos que se encontram

nas ruas o que vai afectar a nossa saúde. Nos centros urbanos é essencial a existência de latrinas públicas, que sejam mantidas bem limpas. A falta de latrinas obriga muitas pessoas a fazer as necessidades ao ar livre o que toda a gente sabe que é prejudicial. Existem dois recintos na Praça dos Heróis Nacionais, mas que não são utilizados porque estão normalmente fechadas. Quanto aos lixos nas ruas, isso é um problema que salta aos olhos de todos».

Aspectos da política monetária

— Entrevista com o Governador do BCV (conclusão)

Com referências ao sistema de créditos, ao financiamento externo e à adesão de Cabo Verde ao Fundo Monetário Internacional, apresentamos hoje a segunda (e última) parte do artigo do jornal português «O Diário», sobre alguns aspectos da política monetária de Cabo Verde. Nele, o articulista foca, na base de uma entrevista com o governador do Banco de Cabo Verde, os diversos aspectos que orientam a política monetária do país irmão. Esta, segundo já foi anteriormente referido é caracterizada pela criação das infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento e de extrema austeridade e contenção no gasto de divisas.

O CRÉDITO

Quanto aos créditos concedidos ao Tesouro, o seu plafond está perfeitamente delimitado no artigo 16.º dos estatutos do banco central de Cabo Verde: «O total dos créditos concedidos ao Estado em virtude dos art.ºs 14.º e 15.º não pode exceder em qualquer momento 15% das receitas ordinárias da Administração Central cobradas no decurso do precedente exercício orçamental».

«O governo tem a séria intenção de não ultrapassar este limite. Na verdade, o défice previsto do Orçamento Geral do Estado dificilmente é alcançado: o governo suspende diversas despesas quando necessário. Assim, o plafond de crédito ao BCV está longe de alcançar os 15% previstos na Lei Orgânica do BCV — acrescenta Corentino dos Santos.

Se para o Estado a concessão de crédito é limitada por esse imperativo estatutário, para a economia em geral não existe qualquer tecto global. O principal sector beneficiário do crédito é o comercial, que distribui rendimentos e emprega um número razoável de pessoas. Dentro do sector comercial,

a reorganização do comércio interno e externo (que levou à criação de empresas públicas de abastecimento) de certo modo diminuiu a importância do privado. «Actualmente, procuramos uma utilização mais controlada do crédito. A antiga agência do Banco Nacional Ultramarino que operava em Cabo Verde visava fundamentalmente o lucro. Nós, agora, queremos evitar desvios, como a especulação imobiliária ou outras utilizações não previstas no acto de concessão do crédito. Aqui, no domínio da gestão financeira, também se coloca o princípio da austeridade do governo. Daí a distribuição controlada do crédito dirigido ao consumo, de que o decréscimo verificado na carteira comercial é a sua manifestação», observa o governador do BCV.

FINANCIAMENTO EXTERNO

Em suma, apesar de ser um país pobre, Cabo Verde tem a sua economia e as suas finanças muito bem

equilibradas. Contudo, os seus governantes têm consciência de que esse equilíbrio não pode ser mantido eternamente: para desenvolver o país será preciso fazer investimentos relativamente grandes, maiores do que aqueles que foram feitos nos últimos três anos (período em que a preocupação principal foi a organização e gestão das empresas públicas e aparelho de Estado). Além disso, por razões várias (inclusive a crise do mundo capitalista), o fluxo de recursos externos pode diminuir — e de qualquer forma a cooperação externa não se destina a investimentos produtivos, estando mais voltada para projectos assistenciais e de infra-estruturas.

Assim, coloca-se o problema do financiamento externo. A acumulação primitiva da economia cabo-verdiana é quase nula e é muito difícil conseguir gerar recursos internos que cheguem para a construção de estaleiros de reparação naval, fábricas de cimento, telecomunicações, construção de barcos de pesca não artesanais, de grandes frigoríficos, de fábricas de conservas de peixe, etc. Daí os contactos agora iniciados com o Banco Africano de Desenvolvimento (da Organização de Unidade Africana, com sede em Abidjan), com bancos árabes e com uma empresa cimenteira francesa.

ADESÃO AO FMI

Daí, também, os contactos mantidos com órgãos do

imperialismo como o Banco Mundial e o FMI. Para conceder créditos a um país, a banca internacional solicita informações ao FMI — as quais só são prestadas quando o referido país é membro do Fundo. Os empréstimos do Banco Mundial e os créditos da sua associada International Development Association também são condicionados à adesão ao FMI. Assim, no mês passado o primeiro-ministro Pedro Pires anunciou que até ao fim do ano Cabo Verde entrará para o FMI. Os dirigentes cabo-verdianos consideram que, desde que não recorram aos créditos directos do FMI, não terão de submeter o país às suas exigências (quanto à política cambial a adoptar, ao controlo do comércio exterior, à abertura ao capital estrangeiro, etc).

No ano passado uma missão do FMI esteve na cidade da Praia, capital de Cabo Verde. «Eles não manifestaram qualquer objecção ao regime de quotas de importação que actualmente praticamos», afirmou Osvaldo Lopes da Silva, ministro da Coordenação Económica, ao redactor de «O Diário». «A adesão ao FMI — concluiu o governador do BCV — está de acordo com a nossa linha política de estabelecimento de relações de cooperação com todos os países e instituições que respeitem as nossas orientações políticas básicas: o não alinhamento; a não interferência nos nossos assuntos internos; a promoção do progresso do nosso povo».



AMILCAR CABRAL

A prática revolucionária

2 — SITUAÇÃO NO PLANO DA LUTA ARMADA

c) Emboscadas e ataques de surpresa contra as forças inimigas em movimento nas zonas em litígio ou parcialmente libertadas. Controlo das estradas principais nessas zonas.

d) «Raids» contra os quartéis das zonas ainda não libertadas, a fim de aumentar a insegurança das forças inimigas e dos indivíduos que as apoiam.

e) Defesa activa e reforço da vigilância nas nossas regiões libertadas.

A utilização de morteiros, canhões e bazucas nos ataques contra as casernas e quartéis fortificados inimigos, marcou o começo de uma nova etapa na nossa luta. Com efeito, a possibilidade de atacar os quartéis fortificados inimigos a uma distância favorável, antes de os atacar de perto, veio tornar completamente os planos portugueses que contavam com a relativa tranquilidade das tropas aquarteladas nas casernas, como meio de recuperação física e moral e com uma certa invulnerabilidade das instalações militares face aos nossos assaltos com as armas ligeiras. A confusão do Estado-Maior português perante esta situação traduz-se pela paralisia das forças inimigas no decorrer destes últimos meses.

Tendo efectuado mais de uma centena de ataques contra as suas posições entrancheiradas, conseguimos destruir uma quinzena de quartéis inimigos, alguns muito importantes, como Madina, Olosato, Enxalé, Cutia, Medjo e Biambi, provocando desgastes consideráveis (entre 30 e 80%) nas instalações de mais de uma vintena doutros, como Buba, Empada, Mansoa, Beli, Bula, Burumtuma, Canquelifá, Farim, etc. Reconstruídos à pressa, determinados quartéis foram de novo atacados, destruídos ou danificados inúmeras vezes.

A circulação crescente dos aviões e helicópteros é o reflexo das dificuldades enfrentadas pelas autoridades coloniais no que diz respeito ao abastecimento das suas tropas. De facto, na impossibilidade de utilizar a quase totalidade das estradas transitáveis incluindo as das zonas em litígio, e face a intensificação da nossa acção contra os transportes fluviais, o inimigo foi forçado a recorrer aos transportes aéreos para abastecer os seus homens. Se bem que tivéssemos afundado ou inutilizado vários barcos nos rios Farim, Geba e Cumbidjá, a nossa acção neste domínio — como no que se refere a defesa anti-aérea (três aviões abatidos e vários outros danificados) — revela ainda deficiências, nomeadamente nos casos em que os transportes fluviais são escoltados por aviões. Por outro lado, destruímos ou provocamos estragos importantes nas jangadas utilizadas pelo inimigo, tendo sido já destruída por três vezes a Chéché, no Corubal (Gabú-Boé). As acções contra pontos estratégicos conduziram à sua destruição total na zona oriental da região do Gabú e, salvo algumas excepções, à recusa das populações em aceitar aí permanecer.

Cooperação com a Suíça

Aprovados importantes projectos em vários domínios

No quadro do desenvolvimento das relações de cooperação tripartida entre Cabo Verde, o Governo suíço e organizações não-governamentais suíças Suissaid e Heks, foram aprovados importantes projectos com vista a promoção da ilha de Boavista nos domínios da agricultura, pesca artesanal e ensino. Os referidos projectos prevêm ainda a formação profissional no domínio das telecomunicações.

1. DESENVOLVIMENTO DA ILHA DE BOAVISTA

Nos anos anteriores a Suíça financiou alguns projectos de construção de diques e retenção de dunas nesta ilha, razão por que de comum acordo se decidiu concentrar a maior parte das actividades na Boa Vista. Os projectos definidos abrangem os sectores do Desenvolvimento Rural, Pesca Artesanal e Educação. Pensa-se que a realiza-

ção do conjunto desses projectos dará um grande impulso ao desenvolvimento da Boa Vista e trará reais vantagens ao melhoramento do nível de vida dos boavistenses, sobretudo no aspecto nutricional, além de possibilitar a criação de novos postos de trabalho.

FORAM APROVADOS OS SEQUENTES PROJECTOS:

a) Promoção da agricultura na Boa Vista

Este projecto visa o controlo da erosão, a construção de diques e a recarga dos lençóis subterrâneos, a promoção das culturas de sequeiro e das áreas de pastagem, a abertura de poços, a irrigação, etc.

A duração prevista é de dois anos e o funcionamento que o Governo Suíço deverá fazer em conjunto com organizações não governamentais é de 5 milhões de escudos.

b) Promoção global de desenvolvimento da pesca artesanal na Boa Vista

O programa para toda a ilha prevê a motorização e a construção de barcos, a implantação de instalações de salga e seca de peixe, o fornecimento de ma-

teriais de pesca, etc., o que vai permitir a população desenvolver a actividade da pesca já tradicional na ilha e tirar assim maior proveito dos recursos do mar.

O custo deste programa, que, em princípio, o Governo suíço deu o seu acordo em funcionar estima-se em cerca de 9 milhões de escudos.

c) Programa de construção de escolas na Boa Vista

O programa prevê a construção, num espaço de dois a três anos, de diversas instalações escolares na ilha, dando assim concretização à política do Governo no sentido de melhorar as infra-estruturas escolares, visando o combate à ignorância e ao obscurantismo.

De 24 a 30 de Julho de 1978, decorreu em S. Vicente, República de Cabo Verde, o 1.º Encontro Nacional das Comunidades Caboverdianas.

Nela participaram delegados das organizações associativas de caboverdianos em vários países da Europa e convidados vindos da comunidade caboverdiana dos Estados Unidos da América e das comunidades caboverdianas de vários países africanos, sob a égide da Direcção-Geral da Emigração e Serviços Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde.

Estiveram, presentes, nomeadamente, delegados da Associação de Caboverdianos e Guineenses em Portugal, da Associação Caboverdiana da Holanda, da Associação Caboverdiana da Oslo, da Associação Caboverdiana de Gotemburgo, Associação Caboverdiana em Itália, da Associação Caboverdiana de Genebra, da Associação Caboverdiana de Luxemburgo, convidados vindos das Comunidades Caboverdianas em França, na República Federal Alemã, das Comunidades Caboverdianas nos Estados Unidos, na República Popular de Angola, na República Popular de Moçambique, na República Democrática de S. Tomé e Príncipe, na República do Senegal e delegados da Associação de Caboverdianos e Guineenses de Abidjan

Participaram igualmente nos trabalhos do Encontro o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde e o Director-Geral do Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros da República da Guiné-Bissau.

Tomaram ainda parte nos trabalhos do Encontro representantes diplomáticos e consulares da República de Cabo Verde junto dos países que acolhem importantes comunidades de emigrantes caboverdianos.

Os participantes no 1.º Encontro Nacional das Comunidades Caboverdianas foram recebidos durante o decorrer do Encontro pelo Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde, camarada Aristides Pereira.

O 1.º Encontro Nacional das Comunidades Caboverdianas ouviu com apreço as intervenções do Vice-Presidente da Assembleia Nacional Popular, Ovídio Pires, do Director-Geral da Emigração e Serviços Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Carlos Santos Silva, do Ministério da Coordenação Económica do Governo de Cabo Verde, Osvaldo Lopes da Silva, do 1.º Secretário do PAIGC em S. Vicente, André Corsino Tolentino, e, na sua

sessão de encerramento, do Primeiro Ministro da República de Cabo Verde, Pedro Pires.

O 1.º ENCONTRO NACIONAL DAS COMUNIDADES CABOVERDIANAS

I

Considerando: — O relevante significado de que o 1.º Encontro Nacional das Comunidades Caboverdianas se reveste como uma afirmação inequívoca de unidade da Nação Caboverdiana, nas suas populações residentes dentro e fora do território da República de Cabo Verde;

— A cuidada preparação do Encontro e a forma participada e de elevado sentido de responsabilidade como decorreram os trabalhos do mesmo;

— A oportunidade dada aos participantes do Encontro de visitar diversas realizações de índole económica e social em curso na ilha de S. Vicente e de constatar «in loco» a importância das mesmas como parte do esforço de Reconstrução Nacional em que se encontram engajados o Povo e o Estado de Cabo Verde, sob a direcção do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I. G.C.).

Decide:

1.º — Felicitar o Governo de Cabo Verde pela iniciativa da realização do 1.º Encontro Nacional das Comunidades Caboverdianas e pelos esforços desenvolvidos para a sua organização;

2.º — Expressar o seu mais vivo reconhecimento ao Secretário-Geral do P.A.I.G.C. e Presidente da República de Cabo Verde, pela sua indefectível e constante preocupação com as dificuldades que os nossos emigrantes enfrentam no seu labutar pela vida em terras estrangeiras;

3.º — Felicitar-se pelo empenhamento posto por delegados e convidados das várias Comunidades na preparação da sua participação no Encontro e pelas úteis contribuições trazidas ao mesmo;

4.º — Manifestar o seu regozijo pelas perspectivas

abertas pela Independência de Cabo Verde e apoiar a acção do PAIGC, do Povo e do Governo de Cabo Verde para o desenvolvimento do país, encorajando-os a prosseguir, com determinação, a obra da Reconstrução Nacional, rumo a um Cabo Verde economicamente independente, próspero e de plena justiça social;

5.º — Recomendar ao Governo da República de Cabo Verde a institucionalização do dia 24 de Julho, como Dia do Emigrante. Esse dia serviria como um marco para a reflexão, pela Nação Caboverdiana, da problemática da emigração, um momento de confraternização entre os caboverdianos espalhados por todas as partes do Mundo e de reforço da solidariedade nacional;

6.º — Reconhecer a importância do Encontro Nacional das Comunidades Caboverdianas como instância de reflexão sobre os problemas que se prendem com a vida dos emigrantes caboverdianos, e solicitar do Governo todo o apoio para a sua realização em Cabo Verde, pelo menos em cada dois anos.

II

Considerando:

— Que as condições em que cinco séculos de dominação colonial deixaram Cabo Verde, não permitem encarar uma solução imediata para o problema da emigração;

— Que a solução verdadeira do problema da emigração passa pelo desenvolvimento económico e social de Cabo Verde e pela possibilidade de cada caboverdiano poder vir a ganhar a vida na sua própria terra;

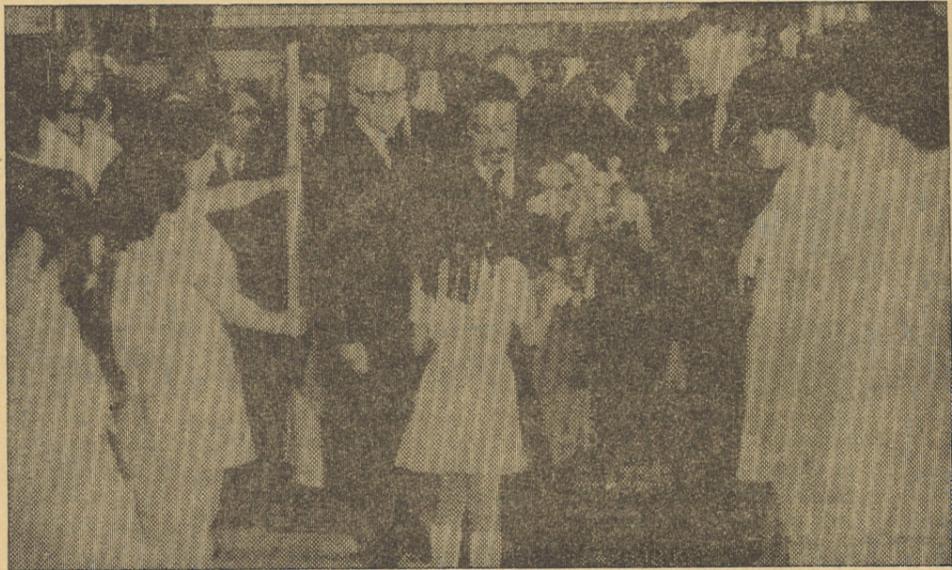
— Que a Reconstrução Nacional, assim entendida, é uma tarefa que cabe a todos os caboverdianos, dentro como fora do território da República de Cabo Verde;

Decide:

1.º — Afirmar a sua total disponibilidade no sentido de uma participação cada vez mais activa na obra da Reconstrução Nacional;

2.º — Lançar um apelo a

PROJECTO DE DOCUMENTO DO 1.º ENCONTRO NACIONAL



Pioneiros, filhos de caboverdianos, saúdam à chegada a Haia, o chefe do Governo de Cabo Verde

todos os emigrantes no sentido de intensificarem a sua participação na Reconstrução Nacional, mobilizando os seus meios materiais e intelectuais ao serviço do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde.

III

Considerando:

— A necessidade de dinamizar as conclusões do Encontro;

— As dificuldades que, por vezes experimentam os emigrantes no tratamento de alguns problemas concretos (documentos, passaportes, deslocações, etc.);

— A experiência positiva colhida do funcionamento, no período do Encontro, do Centro de Apoio ao Emigrante;

Decide:

1.º — Solicitar das entidades competentes da República de Cabo Verde o apoio necessário para a criação de um serviço para o emigrante, tendo, nomeadamente, as atribuições de:

a) — Impulsionar a materialização das conclusões do Encontro no que se refere à criação de organiza-

ções representativas das comunidades onde aquelas ainda não existam;

b) — Promover o estreitamento dos laços entre cada comunidade no exterior e a República de Cabo Verde, nomeadamente através de intercâmbios desportivos e culturais;

c) — Apoiar os emigrantes na resolução dos seus problemas, tanto em momentos em que se encontram em Cabo Verde, como quando, do estrangeiro, submeterem quaisquer pedidos à sua consideração;

d) — Encaminhar para os organismos competentes do Estado de Cabo Verde as propostas, sugestões e solicitações dos emigrantes, zelando para que as mesmas tenham resposta oportuna.

IV

— Tendo em vista que a política prosseguida pelo Governo de Cabo Verde no plano exterior tem como uma das prioridades o estabelecimento de relações com os países que acolhem comunidades importantes de emigrantes caboverdianos e o estabelecimento de estruturas consulares de apoio a essas comunidades;

— Reconhecendo o importante esforço desenvolvido pelo Governo de Cabo Verde na solução dos problemas que afectam a nossa Emigração e a necessidade de prosseguir nessa via;

Decide:

1.º — Congratular-se com os esforços feitos pelo Governo de Cabo Verde na solução dos importantes problemas que advieram aos emigrantes caboverdianos como efeito da nossa passagem a país independente;

2.º — Expressar a sua convicção de que o Governo de Cabo Verde tudo fará, não só para criar estrutu-

ras consulares, onde ainda não existam, p apoio a comunidades mericamente significati de emigrantes, como t bém para dotar as estru ras internas de apoi emigração de meios lhes permitam uma ac cada vez mais eficaz;

O País

(Continuação da 1.ª página)

as sementes tradicionalmente usadas.

A meta fixada pelo departamento agrícola, é a da produção global de 100 mil toneladas de arroz, deverá ser alcançada em 1981. Do total produzido, 60 mil toneladas serão encaminhadas para o complexo de Cumaré para transformação em cingosas. Uma vez atingido esse objectivo, estará disponível um excedente importantíssimo destinado à exportação, o que terá efeito de maior relevância na balança de pagamentos.

ARROZ: AUTO-SUFICIÊNCIA EM 1980

A produção de arroz, duto base na alimentação do nosso povo, tem desde sempre, deficit obrigando à importação de grandes quantidades. As importações em 1974, foram importadas 31 mil toneladas de arroz destinado ao consumo interno. Já em 1975 foi p



Aspecto da grandiosa reunião de caboverdianos em Roterdão por ocasião do encontro com a delegação governamental do seu país

MENTO DAS CONCLUSÕES AS COMUNIDADES CABOVERDIANAS

3.º — Apelar para as estruturas associativas existentes ou a existir nas várias comunidades no sentido de uma colaboração efectiva e estreita entre as estruturas associativas das comunidades e as estruturas diplomáticas e consulares do Estado de Cabo Verde.

V

— Considerando que a aspiração máxima do emigrante caboverdiano é poder retomar um dia à sua terra;

— Tendo em vista as dificuldades que advêm ao emigrante do facto de ter que ganhar a sua vida em país estrangeiro no que respeita, seja à preservação da sua identidade cultural, seja ao apoio moral, social e material de que pode carecer em certos momentos da sua vida;

— Tendo em vista o papel da solidariedade nacional como meio de protecção dos emigrantes na sua vida corrente e de preservação e fortalecimento dos laços de unidade no seio

da parte da Nação Caboverdiana no estrangeiro com a nossa comum Pátria africana;

— Tendo conhecido a experiência vivida por organizações associativas de algumas comunidades caboverdianas no estrangeiro;

Decide:

1.º — Lançar um apelo a todos os emigrantes caboverdianos no sentido da criação de formas associativas onde eles se agrupem para defesa dos seus direitos materiais, sociais e culturais, no respeito pelas leis do país de acolhimento e em espírito de defesa dos interesses fundamentais do povo de Cabo Verde;

2.º — Instar as estruturas associativas existentes ou que venham a ser criadas a proceder ao estudo da história da emigração caboverdiana no país de acolhimento, das condições de vida dos emigrantes caboverdianos, da legislação do país de acolhimento sobre os direitos e deveres dos emigrantes, e das possibili-

dades de colaboração que, em espírito de total independência, possam ser estabelecidas com entidades governamentais ou outras do país de acolhimento, preservando sempre os interesses superiores da Nação caboverdiana e do Estado de Cabo Verde;

3.º — Instar as estruturas associativas existentes ou as que se venham a criar para que dediquem atenção aos mecanismos necessários a um funcionamento democrático que permita a direcção das estruturas associativas por caboverdianos honestos, patriotas e dedicados ao serviço da sua comunidade e à defesa dos interesses do povo de Cabo Verde, mantendo atenta vigilância em relação à acção de elementos pouco escrupulosos que procuram servir-se das estruturas associativas para benefício próprio e ao serviço de interesses estranhos aos do povo de Cabo Verde;

4.º — Instar as estruturas associativas existentes ou que se venham a criar para

que desenvolvam esforços importantes no sentido da preservação dos valores culturais e morais do povo de Cabo Verde, e promovam a superação escolar, cultural profissional e técnica dos seus associados;

5.º — Solicitar às entidades competentes da República de Cabo Verde que encontrem as vias para garantir a ligação entre as actividades no domínio escolar levadas a cabo nas comunidades e os programas integrados no sistema nacional de educação;

6.º — Solicitar às entidades competentes da República de Cabo Verde que sejam intensificados esforços no sentido de levar em cada momento às comunidades de emigrantes caboverdianos informações sobre as realidades em Cabo Verde nos domínios económico, social, cultural e político, com vista a permitir uma correcta visão e apreciação dos problemas nacionais e uma participação cada vez mais consciente na tarefa da Re-

construção Nacional;

7.º — Encorajar as comunidades caboverdianas a fomentar entre si o intercâmbio de informações e de experiências sobre a sua vida e actividades e o intercâmbio de informações com os serviços de informação em Cabo Verde.

VI

— Considerando que a solução definitiva para o problema da emigração é a reinserção do emigrante caboverdiano na sua terra;

— Tendo em vista que muitos emigrantes tencionam prosseguir em Cabo Verde o seu labutar pela vida;

— Tendo apreciado altamente as considerações apresentadas ao Encontro pelo Ministro da Coordenação Económica do Governo de Cabo Verde;

Decide:

1.º — Congratular-se pela preocupação expressa pelo Governo de Cabo Verde de que a reinserção do emigrante caboverdiano na sua terra se faça com as garantias necessárias, seja à sua subsistência, seja ao exercício de uma actividade económica consentânea com os seus interesses e com os do desenvolvimento da economia caboverdiana;

2.º — Solicitar às autoridades competentes da Re-

pública de Cabo Verde que sejam desenvolvidos esforços no sentido de se encontrarem as vias para que o emigrante possa beneficiar da actividade seguradora caboverdiana, nomeadamente na protecção em casos de invalidez ou velhice, uma vez retornado a Cabo Verde;

3.º — Lançar um apelo aos emigrantes caboverdianos no sentido de canalizarem para as entidades competentes do Estado de Cabo Verde o estudo da viabilidade ou modalidade dos projectos de investimento que tencionem realizar em Cabo Verde;

4.º — Recomendar ao Governo de Cabo Verde que prossiga na definição das bases para uma política de investimentos dos emigrantes e, nomeadamente, dos sectores de desenvolvimento onde se poderão inserir os esforços dos emigrantes da Reconstrução Nacional;

5.º — Congratular-se com a preocupação expressa pelo Governo de Cabo Verde no sentido da criação de estruturas que canalizem e apoiem sistematicamente os projectos dos emigrantes, nomeadamente a possibilidade de apoio imediato às iniciativas para a construção de casas para emigrantes.

Depois do flagelo da seca nossa agricultura ergue-se da crise

vel responder às solicitações do consumo importando apenas 14 mil toneladas, e, no ano seguinte, a necessidade de importação baixou para 10 mil e 600 toneladas. Estes números denunciam expressivamente uma evolução fortemente positiva, que viria a ser quebrada pela seca do ano passado, que obrigará à importação de um volume excepcional de 48 mil toneladas.

No entanto, graças à exaustiva experimentação que tem sido levada a cabo no centro de Contuboeil, onde foram já ensaiadas mais de cem variedades de sementes, e seleccionadas diversas espécies mais adaptadas à composição dos solos das diferentes regiões arroseiras, a substituição das antigas sementes pelas novas deverá estar concluída em todo o território nacional dentro de três anos. Nessa altura, prevê-se que a nossa produção arroseira cubra todas as necessidades do nosso consumo interno, que será, de resto, bastante superiores às 120 mil toneladas calculadas

em 1953, pois, desde então, a nossa população aumentou em quase 30%, devido ao regresso massivo de refugiados.

Os trabalhos do nosso departamento de agricultura têm também incidido, para além da selecção e apuramento de sementes, na recuperação de bolanhas, ori-

ginariamente muito férteis, que se encontram afectadas pela salinidade. Com vista a esse objectivo, estão a ser construídas em várias regiões arroseiras barragens de terra destinadas à contenção das águas salgadas.

Outro projecto de grande importância, que se encontra ainda numa fase experi-

mental embrionária, visa a impermeabilização de certos solos, de forma a impedir a infiltração rápida, e consequente perda prematura da água das chuvas, o que poderá permitir um aproveitamento integral dessas águas, mesmo em anos de grande irregularidade pluviométrica. No mes-

mo sentido, estão a ser realizados estudos, em colaboração com a Direcção-Geral dos Recursos Naturais, com vista ao aproveitamento de águas subterrâneas, de que o nosso sub-solo é extremamente rico, mas que permanecem completamente inaproveitadas.

ENSINAR O HOMEM A DOMINAR A TÉCNICA

Porém, para melhorar a nossa produção agrícola, não bastam os aperfeiçoamentos técnicos introduzidos com a melhoria das sementes e um melhor aproveitamento dos recursos aquáticos. É fundamental modificar os métodos de trabalho dos nossos camponeses, que, frequentemente, lhes exigem muito esforço para uma pequena produção.

Nesse sentido, os técnicos do CEAP deslocam-se regularmente aos mais variados locais para ensinar, demonstrando, aos camponeses, técnicas de trabalho mais aperfeiçoadas. Um dos objectivos principais dessas demonstrações é o de

levar os camponeses a substituírem a força humana pela tracção animal e a utilizarem tipos de arados que permitam sulcos mais profundos. Está em perspectiva o apoio do Estado para a organização de formas de utilização colectiva de animais de tracção. Para já pensa-se criar diversos parques de máquinas destinadas à desmatação.

Por outro lado, e a par dos centros em que são feitas as demonstrações de tracção animal (em Fátima-Mandinga, o primeiro centro-piloto, e em diversos outros locais das regiões de Bafatá e Gabú), está em desenvolvimento na região de Cacheu um projecto-piloto de extensão rural, que visa, não apenas ensinar aos camponeses novas técnicas de exploração agrícola e pecuária, mas também divulgar conhecimentos higio-sanitários entre as massas rurais, e ainda contribuir para a modificação dos hábitos alimentares, no sentido da sua diversificação e enriquecimento, da dieta alimentar da população.



A modificação dos métodos tradicionais de trabalho dos nossos camponeses, que lhes exigem um esforço físico excessivo para colherem magros resultados, é condição essencial ao progresso da nossa agricultura

Caravana das FARP regressou de Angola

"Reforçar os laços de amizade entre os dois países"

— afirmou o camarada Pedro Ramos

Chegou anteontem a tarde a caravana do Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural das FARP, que esteve na República Popular de Angola, desde o passado dia 29, onde participou num torneio quadrangular de futebol.

Para além das formações da nossa colectividade militar (futebol e basquetebol feminino), tomaram parte no Torneio Quadrangular Internacional que assinalou a passagem do IV Aniversário da Proclamação do braço armado povo angolano — FAPLA, as equipas militares «1.º de Agosto» das FAPLAS, da Zâmbia e da RDA.

Como já tínhamos anunciado, este torneio foi ganho pela equipa do «1.º de Agosto», classificando na segunda posição a turma da RDA, a da Zâmbia em terceiro lugar e a nossa formação militar em quarto. Os resultados verificados nos encontros disputados neste torneio, foram os seguintes: FAPLA, 4 — FARP, 1; RDA, 4 — Zâmbia, 2; FAPLA, 3 — RDA, 1 e Zâmbia, 5 — FARP, 2.

No basquetebol feminino, as FARP derrotaram um Misto de Luanda por 31-18. Num encontro amigável realizado em Lubango, a nossa equipa militar de futebol venceu o Benfica local por duas bolas sem resposta, enquanto que o «team» feminino de basquetebol impôs, por seu lado, uma pesada derrota à selecção lubanguense por 50-23.

Depois da chegada da caravana farpense, contactámos o camarada Pedro Ramos, do CSL do Partido e membro do Estado Maior das FARP. Nas suas declarações, o camarada Pedro Ramos salientou que esta deslocação das equipas das FARP à RPA, se insere no quadro de reforço dos laços de amizade e de solidariedade existentes há longos anos entre os dois países.

A caravana das FARP foi calorosamente recebida pelas entidades militares angolanas, não só em Luanda mas também em Lubango. Na capital angolana, os nossos militares visitaram vários locais históricos, nomeadamente os museus e o lugar onde se deu o massacre de Qifangondo, perpetrado em Novembro de 1975 pelos separatistas e lacaios do imperialismo — FNLA.

Inquirido sobre o comportamento das equipas nos jogos efectuados naquele país amigo, Pedro Ramos afirmou que a equipa de futebol teve três adversários o primeiro foi o clima. Este ano sentiu-se um frio como há muito não se verificava em Angola. Esta baixa temperatura, — disse Pedro Ramos, — originou a doença de alguns atletas o que influiu grandemente no rendimento anormal que se verificou por parte dos seus rapazes. O segundo, consistiu no estado do terreno do jogo, que é como se sabe, relvado. Os jogadores não estão habituados



A Jovem equipa feminina das FARP teve um comportamento brilhante na sua 1.ª saída

a jogar nos terrenos relvados e como tal não conseguiram adaptar-se. O último adversário foi a numerosa assistência, calculada em cerca de 30 mil espectadores que ocorreu ao «Estádio dos Coqueiros», coisa a que a nossa equipa não está habituada. Claro que, temos que reconhecer a experiência superior dos nossos adversários.

No que concerne à equipa feminina de basquete, o camarada Pedro Ramos, salientou que, apesar dos adversários não terem sido os previstos (no programa a c o r d a d o, devíamos

defrontar a equipa da FAPLA), que confiava na capacidade das nossas jogadoras e que partiu daqui com a esperança de que ela saía vitoriosa em uma ou outra partida. Ela portou-se bastante bem, como aliás os futebolistas também fizeram, só pecando no capítulo da finalização.

Todos os resultados que verificamos nesse torneio, podiam ser outros se os nossos rapazes soubessem aproveitar as várias ocasiões soberanas de golo que criaram.

Falando ainda da equipa do basquetebol, afirmou que

apesar da boa estatura que as suas adversárias apresentaram, as nossas jogadoras foram superiores e mereceram com toda a justiça as vitórias alcançadas.

Para além da capitã Tina, que foi a melhor jogadora em todas as partidas que se disputaram, sobressaíram as seguintes jogadoras: Maria Eneida Barbosa, Maria Cilene Barbosa, Maria Domingas Ferreira, Maria Lurdes S. Ferreira «Lutcha» e Romi. As restantes também jogaram bem, só que não atingiram o nível das mencionadas.

Breves

BAGUIO, 10 — A 11.ª partida do campeonato do mundo de xadrez entre o detentor do título, o soviético Anatoli Karpov (Leninegrado) e o pretendente Vitor Korchonoi terminou no 51.º lance pela vitória de Korchonoi. O resultado actual é de 1-1.

RECORDE DO MUNDO DO DISCO



Wolfgang Schmidt da RDA (foto ADN)

BERLIN, 10 — Wolfgang Schmidt da RDA, estabeleceu um novo recorde do mundo durante as competições em Berlin, Schmidt lançou o disco a 71,16 metros melhorando assim em centímetros a façanha de Mike Wilkins, dos Estados- Unidos. Wolfgang Schmidt, de 25 anos de idade, mede 1 metro e 97 e pesa 100 quilos. Medalha de bronze nas Olimpíadas de Montreal, Schmidt detém o recorde da Europa, que melhorou três vezes desde 1976.

Jogos da Commonwealth
Quênia é vedeta em atletismo

EDMONTON 11 — Antontem foi o dia africano nos Jogos da Commonwealth, em Edmonton, onde o Quênia, conduzido pelo seu super-vedeta Henry Rono, fez uma grande figura nas provas de atletismo, ganhando seis medalhas, sendo três de ouro.

Depois da sua vitória nos 3 mil metros barreiras, Rono arrebatou a sua segunda medalha de ouro nos 5 mil metros, continuando imbatível nesta temporada. O quadruplo recordista do mundo dominou com a facilidade habitual. Tomou a dianteira a partir da segunda volta, enquanto os seus compatriotas Daniel Musyoki e Kipsubai Koseki controlavam taticamente a corrida atrás dele, para anular os esforços dos bri-

tânicos Brendan Foster, terceiro classificado e Michael Mcleod, quarto.

A seguir a um poderoso «sprint» final, Musyoki ultrapassou Foster que o havia vencido nos 10 mil metros, mas terminou a sete segundos de Rono. Este venceu os 5 mil metros sem forçar, com o tempo de 13 minutos, 23 segundos e 4 décimos, a 15 segundos do seu recorde do mundo.

Os outros vencedores quenianos do dia foram Mike Boit, esplêndido vencedor dos 800 metros e Daniel Kimaiyo que repetiu a sua vitória de Argel nos 400 metros, exactamente com o mesmo tempo de 49 segundos e 48 décimos. Este atleta, de 30 anos de idade, bateu facilmente o australiano Garry Brown e o in-

glês Alan Pascoe, detentor do título.

Boit, número dois mundial dos 800 metros, atrás do cubano Juanterena, e que já se considerava em declínio a seguir à sua derrota nos Jogos Africanos, impôs-se sem discussões e sem oposição, com o tempo de 1 minuto 46 segundos e 39 décimos, relegando o jamaicano Seymour Nwman e o seu compatriota Peter Lemashon, vencedor em Argel, para os lugares seguintes.

Teckla Chemabwai, estudante nos Estados- Unidos, ganhou, graças a um deslumbrante «finish» a primeira medalha de prata feminina de atletismo do Quênia nos Jogos da Commonwealth. A queniana só faltaram 5/100 de segundo na sua corrida para a me-

dalha de ouro, ganha pela australiana Judith Peckham com o tempo de 2 minutos, 2 segundos e 82 décimos.

A seguir a estas vitórias, o Quênia tomou a dianteira nas provas de atletismo masculino com quatro medalhas do ouro, três de prata e duas de bronze, contra quatro de ouro e quatro de bronze para a Inglaterra, que todavia tem mais 11 nos femininos, sendo quatro de ouro.

A vedeta não-africana de quinta-feira, foi o velocista escocês Allan Wells, vencedor dos 200 metros com 20 segundos e 12 décimos, terceira façanha mundial do ano, ajudado por um vento que soprava a 4,31 metros por segundo.

O salto em altura foi dominado pelos canadianos,

Claude Ferragne, de 25 anos, um atleta de Quebec, da cidade de Laval, que ultrapassou com um salto de 2 metros e 20 centímetros o seu compatriota Greg Joy, vencedor de Dwigth Stones e medalha de prata em Montreal. Dean Bauch, de Vancouver, partilhou a medalha de bronze com o escocês Brian Burgess.

Contudo, o herói canadiano do dia foi Jocelyn Lovell, de Toronto, que se tornou o primeiro ciclista a ganhar três medalhas de ouro nos Jogos da Commonwealth. Lovell venceu sucessivamente a prova de velocidade de parceria com Cordon Singleton e a corrida das dez milhas (17 quilómetros), depois de ter arrebatado na sexta-feira passada a medalha de ouro do quilómetro.



Mike Boit, Vitória nos 800 metros

Portugal: Primeiro-Ministro iniciou contactos com os partidos políticos

LISBOA, 10 — O novo Primeiro-Ministro, Nobre da Costa, instalou na quinta-feira, o seu gabinete num forte da costa do Estoril, a 20 quilómetros de Lisboa, onde começou as consultas com os partidos políticos para formar governo.

Recebeu sucessivamente, anteontem à tarde, o secretário-geral do partido Comunista, Alvaro Cunhal, e o presidente do partido Social Democrata, Sá Carneiro. À saída, Cunhal limitou-se a declarar que os comunistas «estavam desejosos de ver uma política justa». Por seu lado, Sá Carneiro, contentou-se em recordar as posições anteriores do seu partido: o PSD não participará como tal, neste governo, mas estudará, «caso por caso, a participação, a título individual, dos seus militantes». Nobre da Costa receberia ainda ontem de manhã, Mário Soares, secretário geral do PS, o partido com maior número de deputados na Assembleia da República.

O novo Primeiro-Ministro, que declarou na noite de quarta para quinta-feira que considerava as suas funções «como transitórias», fixou-se dois objectivos: «assegurar a continuidade dos assuntos de Estado e fazer passar uma lei eleitoral pela Assembleia da República».

O novo chefe de governo não escondeu as dificuldades que encontrará na for-

mação da sua equipe, considerando nomeadamente a pasta da Agricultura como particularmente delicada de preencher. A questão da reforma agrária foi a causa da cisão social-centrista de Soares.

A designação de Alfredo Nobre da Costa para formar o novo governo português, deveria pôr termo rapidamente à crise governamental, mas a crise política não estará resolvida, por enquanto.

Os conflitos, opondo as diversas formações políticas a propósito da reforma agrária, das nacionalizações e do controle, pelo Estado, de certas empresas privadas, continuam em pé.

Um apoio parlamentar maioritário ser-lhe-á indispensável para governar realmente. Nobre da Costa deparar-se-á, ainda, com o difícil problema de conciliar posições que terminaram por se revelar inconciliáveis.

Dois quatro grandes partidos políticos portugueses, só o Centro Democrático Social manifestou imediatamente a sua satisfação face à escolha feita pelo pre-

sidente Eanes

O partido Socialista de Mário Soares, cujo Secretariado Nacional se reuniu na quinta-feira, continua circunspecto e reserva a sua atitude, como o partido Social Democrata de Sá Carneiro.

O partido Comunista, reservando igualmente a sua atitude futura, declarou na quarta-feira, através de um comunicado do seu Comité Central, que a escolha do presidente da República «não corresponde aos critérios julgados indispensáveis pelos comunistas para resolver a crise na situação actual».

A BALANÇA COMERCIAL DEFICITÁRIA

Nobre da Costa, de 51 anos, fez os seus estudos de engenharia na Grã-Bretanha, sendo aos 27 anos, director de uma fábrica de cimento em Portugal. Em seguida foi director técnico da «Siderurgia Nacional» e, de 1972 a 1974, presidente-director-geral da companhia petroléira portuguesa «Sacor».

Chamado, em 1976, para o sexto governo na qualidade de secretário de Estado da Indústria, em 1977, era o responsável pela pasta da Indústria no primeiro governo constitucional de Mário Soares.

O novo Primeiro-Ministro, que participou na reforma do plano de desenvolvimento industrial e mineiro de Portugal, foi objecto de severas críticas da parte dos sindicatos por ter procedido à devolução de diversas empresas já nacionalizadas.

O défice da balança comercial de Portugal elevava-se a 64,6 bilhões de escudos no final dos seis primeiros meses deste ano, indicou na quarta-feira, o Instituto Nacional de Estatísticas. O défice aumentou em 16,6 milhões de escudos em relação àquele registado para o mesmo período do ano precedente. Durante os seis primeiros meses do ano, as importações atingiram 112,8 bilhões, enquanto as exportações se elevaram a 48,2 bilhões de escudos. (FP)

Perú Prisão de dirigentes sindicais

LIMA — Nove dirigentes sindicais foram detidos na quarta-feira nesta capital, na sequência de uma greve de cerca de 20 mil empregados bancários, informou a agência France Presse. Os empregados exigem aumentos de salário e a reintegração nos seus cargos de uns 70 colegas despedidos por terem participado em greves anteriores.

Para além disso, continua a greve dos cerca de 40 mil mineiros que reclamam o aumento de salários, o fim da inflação e a recolocação de uns 400 operários. Em Lima também prosseguem as greves de mais de 12 mil trabalhadores da municipalidade que exigem a liquidação do aumento salarial prometido no início deste ano depois de uma greve. — (ADN)

Relações Zaire-Angola Optimismo do Encarregado de Negócios angolano

KINSHASA 10 — «A reabertura do caminho de ferro de Benguela é uma vitória para Angola, o Zaire, a Zâmbia, e para os países que mantêm relações económicas com os três Estados», declarou anteontem o major Komo de Almeida, encarregado de Negócios de Angola no Zaire, numa entrevista concedida à agência zairota AZAP.

O major Komo de Almeida, que se declarou confiante no futuro das relações entre o Zaire e Angola, normalizadas a seguir à criação, no mês passado, em Brazaville, de uma comissão mista zairo-angolana, precisou que o seu governo havia tomado medidas para

desarmar os guerrilheiros katangueses e afastá-los para lá de um limite de 250 quilómetros da fronteira com o Zaire.

Assim como os cidadãos angolanos estabelecidos no Zaire, os katangueses são livres de regressar ao Zaire, lembrou o major Komo de Almeida, antes de exprimir a sua satisfação pelos esforços destinados a consolidar as relações entre Kinshasa e Luanda.

O encarregado de Negócios da RPA considera que o rápido desenvolvimento das trocas económicas, comerciais e culturais entre os dois países dependerá da evolução das suas relações no plano político. O

major Komo acrescentou que a diferença de opções ideológicas não constitui um obstáculo para o reforço da cooperação entre os dois Estados. «Cada povo tem o direito de escolher livremente o seu sistema político».

Em Luanda, o Conselho Nacional da Cultura lançou um concurso de obras literárias e musicais consagradas ao terceiro aniversário da independência do país. Os poetas, escritores, compositores, cantores e músicos que concorrem, devem mostrar a luta heróica do povo angolano pela libertação nacional e progresso económico. — (FP) Tass

Moçambique: Estado investe no sector económico e social

MAPUTO 11 — A comissão permanente da Assembleia Nacional Popular de Moçambique aprovou o programa de investimentos do Estado na economia do país para o exercício financeiro 1978-1979.

Mais de 8,2 bilhões de escudos foram destinados ao reforço do sector do Estado na economia, no desenvolvimento da indústria, da agricultura, da energia, dos transportes e das comunicações. Conforme a linha política da Frelimo, que visa o bem estar dos trabalhadores, somas importantes

foram consagradas às necessidades sociais.

Para a construção de escolas, hospitais e alojamentos, o Estado investiu 1,1 bilhão de escudos. Os investimentos previstos para 1978-1979 atingem 14 bilhões de escudos.

Sublinhando que este programa serve para criar uma base material e técnica necessária à passagem para o socialismo, o jornal «Notícias» salientou a sua importância para o reforço da independência económica do país. (Tass)

● Delegação da Polisário em Cuba

HAVANA 11 — Uma delegação da Frente Polisário, conduzida por Mahfoud Larousi, do Comité Executivo da Frente, foi recebida na quarta-feira por Lionel Soto, membro do comité central e chefe das relações exteriores do Partido Comunista Cubano, anunciou o jornal Granma, que qualificou a entrevista de «encontro fraternal». A delegação saharauí participou no XI Festival da Juventude e dos Estudantes. — (FP)

● Cooperação China-Líbia

PEQUIM 10 — A Líbia e a China assinaram na quarta-feira dois acordos de cooperação bilateral. O primeiro refere-se à cooperação científica, técnica, tecnológica e económica, e o segundo à troca comercial. Os dois acordos e o comunicado conjunto foram assinados em Pequim antes da partida do Primeiro-Ministro líbio, Jalloud da China.

AJUDA SUECA AOS REFUGIADOS

ESTOCOLMO 10 — O governo sueco decidiu conceder 10 milhões de coroas para o auxílio aos refugiados do Zimbábue que se encontram em Moçambique. Esta assistência deve servir essencialmente para a compra de alimentos e de vestuário para quatro campos onde vivem 70 mil refugiados. Por outro lado, a ajuda bilateral da Suécia a Moçambique aumentará de dez milhões de coroas de ano passado, para 15 milhões neste ano económico que começou a 1 de Julho. — (FP)

RECOLHER OBRIGATORIO NO IRAO

TEERÃO 11 — O recolher obrigatório (lei marcial), foi decretado em Ispahn, capital histórica do Irão, após violentas manifestações anti-governamentais nestes três últimos dias. Segundo as primeiras informações, parece que os manifestantes pertencem ao proletariado urbano e que agiram por motivos religiosos. As duas principais disposições da lei marcial do Irão permitem que as forças policiais façam prisões sumárias e que as pessoas detidas são imediatamente levadas perante um tribunal militar. — (FP)

HUA KUO-FENG VAI A ROMENIA

BUCARESTE 11 — O presidente chinês, Hua Kuo-Feng efectuará uma visita oficial de amizade à Roménia. Hua Kuo-Feng responderá a um convite do seu homólogo romeno, Nicolae Ceaucescu. Pensa-se que a estadia do dirigente chinês em Bucareste vai de 16 a 21 ou 22 do corrente mês, data em que Hua Kuo-Feng é esperado em Belgrado. (FP)

MAIS ESTUDANTES NO IRAQUE

BAGDAD 10 — Vinte e seis mil trezentos e oitenta estudantes serão admitidos nas universidades e institutos técnicos iraquianos para o actual ano escolar, o que representa um aumento de 1.380 estudantes em relação ao ano passado. Um funcionário do ministério da Educação Superior e da Investigação Científica declarou que 1.692 estudantes serão admitidos nos estudos de especialização, o que representa um aumento de 591 estudantes em relação ao ano precedente. O Iraque tem seis universidades, dois em Bagdad, Al Mustansiriyah, Basra, Mosul e Sulaimaniya.

NOVO AEROPORTO DE TRIPOLI

PARIS 11 — O novo aeroporto internacional de Trípoli foi inaugurado na quinta-feira por Nuri Am Madni, secretário (ministro) líbio das Comunicações, informou ontem a agência da Jamahiriya Líbia, «JANA» captada em Paris. Construído em cinco anos, o aeroporto custou 40 milhões de dinares líbios. — (FP)

DESNUCLEARIZAÇÃO

GENEVA 10 — As delegações da URSS, dos EUA e da Grã Bretanha tiveram anteontem um encontro em Genebra, no quadro da conversação sobre a elaboração de um tratado referente à proibição geral completa dos ensaios nucleares. — (TASS)

Cooperação com o Brasil no domínio da administração municipal

Encontra-se no nosso país desde o passado dia 9, uma delegação do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para estudar com o Comité de Estado da Cidade de Bissau, a plataforma de uma futura cooperação nos diversos domínios da administração municipal.

A delegação do IBAM deslocou-se à Guiné-Bissau na sequência de uma carta-proposta dirigida por esta empresa privada à presidência do Comité de Estado, a qual depois de submetida à apreciação do nosso governo teve a aceitação por parte do mesmo.

No primeiro encontro de trabalho que se realizou anteontem, na sede do Comité de Estado desta cidade, as duas delegações discutiram as possibilidades de cooperação nos domínios económico (que compreende o

aspecto relacionado com financiamento de obras e infraestruturas); formação de quadros para o desenvolvimento e planificação urbana, para serviços de esgotos sanitários e limpeza pública de cemitérios e de hotelaria.

No respeitante às actividades da administração foram abordados aspectos inerentes ao arquivo, contabilidade e estatística.

No segundo dia dos trabalhos foi elaborado um memorandum dos assuntos discutidos.

A delegação no nosso país que tomou parte nos trabalhos era constituída pelas camaradas Juvêncio Gomes, Presidente do Comité de Estado do Sector Autónomo de Bissau, Paulo Pereira de Jesus e João Gomes, respectivamente primeiro e segundo vice-presidente do mesmo Comité.

Em representação de alguns departamentos de Estado, participaram os camaradas Flávio Proença, director das Finanças, Jaime King, em representação da Direcção-geral da Administração Interna, Milanka Lima Gomes, directora-geral da Direcção de urbanização do Comissariado das Obras Públicas, Iliá Bárber, directora do departamento Europa-América do Comissariado dos Negócios Estrangeiros, José Alvarenga, director-adjunto da Cooperação Internacional e Rita Rodrigues, do Desenvolvimento Económico e Planificação.

A delegação brasileira que é composta pelo superintendente-adjunto do IBAM, senhor Lino Ferreira Neto e pelo assessor técnico do mesmo instituto, Alcides Redondo Rodrigues, regressa hoje ao seu país.

Mauritânia

Possível retirada militar marroquina

RABAT 10 — O Marrocos estaria disposto a retirar o seu contingente militar estacionado na Mauritânia, se o novo regime de Nouakchott fizer um pedido formal, soube-se na capital marroquina.

Um ministro exprimi este ponto de vista, há uns dias a embaixadores em Rabat, sublinhando que o governo cherifeno tomará então as medidas necessárias para remodelar o seu

dispositivo e defender as «suas fronteiras». O contingente marroquino na Mauritânia é de cerca de nove mil homens.

Já na reunião de sábado passado em Nouakchott, do alto comité militar marrocc-mauritaniano, soube-se de fonte informada que discutiu-se a eventual retirada do batalhão cherifeno de 600 homens, estacionados em Akjujt, a pedido da Mauritânia. Esta infor-

mação não foi confirmada oficialmente em Rabat.

Akjujt é um centro de extracção de cobre, cuja exploração deficitária, está suspensa há dois meses. O quartel constitui a base marroquina mais próxima de Nouakchott (dez quilómetros). Esta proximidade, tanto como a inactividade da mina poderá explicar o pedido mauritaniano. (FP)

Vaticano

Milhares de pessoas prestaram a última homenagem ao Papa Paulo VI

CIDADE DO VATICANO, 11 — Uma multidão imensa, avaliada em cerca de 200 mil pessoas, desfilou num fluxo compacto durante todo o dia de quinta-feira para render homenagem ao Papa Paulo VI, minúscula silhueta vermelha estendida na grande nave de São Pedro.

Lado a lado, homens e mulheres, africanos e americanos, japoneses e espanhóis, em filas de quinze ou vinte pessoas, marcharam em passos lentos, em silêncio, entre as barreiras que canalizam a interminável onda.

Um tempo de paragem, breve, em frente à urna — o tempo de uma pequena oração, de ver a face sorridente. Depois, de novo a marcha, para o absíde — onde se celebram as missas pelo repouso de Paulo VI.

Ao mesmo tempo aumentam as especulações, nos meios diplomáticos romanos e da imprensa, sobre os resultados do próximo conclave. O nome do cardeal

italiano Paolo Betoli, 70 anos, é o mais citado como futuro Papa. Para numerosos observadores, ele reúne efectivamente a maior parte das características que se prestam ao próximo chefe da Igreja. É italiano, a sua idade prediz um pontificado nem longo nem curto, e é «montinino», ou seja, pertence ao grupo dos 103 cardeais criado por Paulo VI e que dominarão o conclave, sem contudo ser uma incondicional do defuncto Papa.

Os europeus serão a maioria nos 114 cardeais previstos no próximo conclave. Com efeito, não havendo nada em contrário, eles serão 57, dos quais 27 italianos.

A América Latina estará representada por 19 cardeais, a África por 12, os Estados Unidos por 10 e o Canadá por três. Ásia terá dez representantes e a Austrália e a Nova Zelândia delegarão dois cardeais, a Oceania 1.

Entretanto, um porta-voz da ONU anunciou, na quinta-feira, que Kurt Waldheim secretário geral das Nações Unidas, assistirá pessoalmente ao funeral do Papa Paulo VI.

O presidente Kenneth Kaunda estará igualmente presente nas cerimónias, estando já em Roma, onde chegou ontem de manhã. — (FP)

Formação de quadros do CEPI

(Continuação da 1.ª página)

e as instituições escolares formaram uma unidade única, onde havia uma formação perfeita. Na luta contra o colonialismo, as comunidades organizadas representavam uma força poderosa para o nosso Partido.

Depois da decisão de Casacá, a escola passou a ser

Inquérito a irregularidades nos exames do curso complementar

As classificações atribuí esta decisão. Abordámos a professora Maria Deolinda Delgado Monteiro, que exerce provisoriamente, na ausência do titular, as funções de reitora do Liceu, que nos disse que a questão começara por levantar-se durante a festa dos finalistas, realizada há poucos dias. Nessa ocasião, segundo pudemos apurar, um professor teve várias críticas à direcção do Liceu que, por sua vez, retorquiu com certa dureza, considerando-as injustas. Na polémica que se gerou, o professor que formulara as críticas foi por sua vez criticado por usar um «critério, paternalista» na atribuição de notas, aprovando muitos alunos insuficientemente preparados e que, necessariamente, se virão mais tarde a ressentir dessa falta de preparação.

Embora não querendo pronunciar-se sobre este incidente, a nossa interlocutora referiu que ele servira de detonador a uma análise mais cuidada das classificações atribuídas, verificando-se então que havia forte indícios de irregularidade, o que conduziu à decisão agora tomada.

A comissão de averiguação verá os seus trabalhos prolongarem-se até ao mês de Outubro, pois alguns dos professores que a deveriam integrar partiram já para férias e só nessa altura poderão prestar a sua colaboração.

As classificações postas em causa referem-se apenas a duas disciplinas que a nossa interlocutora não quis precisar. Podemos, no entanto adiantar que menos de metade dos alunos que terminaram agora o curso complementar, serão afectados. A provar-se a existência de irregularidade, esses alunos serão chamados a prestar novas provas.

1. Constituir uma comissão para averiguação da idoneidade das classificações.

2. Suspender de imediato a passagem de certificados de habilitações do referido ano, até à conclusão dos trabalhos da comissão de averiguação».

REJEIÇÃO DAS CRÍTICAS OU DOS CRITÉRIOS PEDAGÓGICOS

Na ausência de qualquer esclarecimento sobre as pretensas irregularidades, o nosso jornal procurou indagar junto de um membro do Conselho Directivo, das razões que terão motivado

ULTIMAS NOTÍCIAS

C. E. D. E. A. O., APELO NIGERIANO

LAGOS, 11 — O chefe de Estado nigeriano, o general Olusegun Obasanjo lançou ontem, um apelo, em Lagos, a favor de uma maior cooperação económica entre os Estados membros da C.E.D.E.A.O. (Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste). O general Obasanjo, na qualidade de actual presidente dos chefes de Estados dos 16 países membros da comunidade sub-regional, recebia o secretário geral da C.E.D.E.A.O., Aboubakar Ouattara, e o director do Fundo da C.E.D.E.A.O. para a Cooperação e o Desenvolvimento, Alexandre Rome Horto, que o informaram das actividades da organização.

O general Obasanjo sublinhou que o desenvolvimento das comunicações, dos transportes e da infra-estrutura, melhoraria a cooperação económica na sub-região e encorajaria os projectos nacionais de importância para o conjunto da África do Oeste. — (FP)

P.C.F. EXIGE LIBERTAÇÃO DE PRESOS POLÍTICOS SUL-AFRICANOS

PARIS, 11 — O secretariado do Comité Central do Partido Comunista francês enviou, ontem, um telegrama ao Primeiro-Ministro sul-africano, John Vorster exigindo «a libertação do jovem patriota Saloon Malungu», ameaçado de execução.

«Através dele pergunta-se igualmente pelo destino de milhares de sul-africanos detidos, torturados, assassinados sob o regime de apartheid», escreve o PCF que exige igualmente «a libertação imediata de Nelson Mandela e de todos os presos políticos». (FP)

MILHARES DE MORTOS NA GUERRA DA ERYTHREIA

ADDIS ABEBA — A guerra na província setentrional da Erythreia fez 13 mil mortos e 33 mil feridos no seio das forças etíopes. Ela provocou o exilamento de 200 mil pessoas e o desemprego de 10 mil outras, indicam os números publicados no decurso de uma exposição sobre a Erythreia, inaugurada na quinta-feira, em Addis Abeba, pelo comandante Gira Ylma, novo ministro da Informação.

Dezassete importantes fábricas foram destruídas na Erythreia e os danos causados pelas hostilidades são estimados em oito bilhões de dólares.

A exposição apresenta uma perspectiva histórica de uma Erythreia que sempre fez parte da Etiópia, oferecendo um quadro dos efeitos devastadores desta guerra que dura há mais de 17 anos. (FP)

ALOJAMENTOS EM SÃO TOMÉ

YOUNDE — Novos prédios foram construídos no bairro Ribok de São Tomé, capital da República Democrática de São Tomé e Príncipe, num local onde dantes só havia cabanas danificadas. As chaves dos apartamentos foram confiadas aos novos inquilinos no dia 12 de Julho, data do terceiro aniversário da independência de São Tomé.